

Resolução do Conselho de Ministros n.º 64/2019

O ar é um recurso essencial à vida, com repercussões diretas e indiretas no ambiente natural e modificado. A sua qualidade é determinante para a saúde pública e para a qualidade de vida da população, pelo que a gestão desta componente ambiental requer uma abordagem integrada, com a articulação de políticas e medidas ao nível setorial e entre os vários níveis de governação, bem como o envolvimento da sociedade civil.

Consciente desta realidade, o Governo adotou a Resolução do Conselho de Ministros n.º 46/2016, de 26 de agosto, que definiu a Estratégia Nacional para o Ar para 2020 (ENAR 2020), e que, ao privilegiar as inter-relações com outros domínios relevantes, pretendeu garantir a coerência e a integração entre políticas e medidas no domínio das emissões e da qualidade do ar, com vista à redução dos impactos na saúde e nos ecossistemas.

Esta estratégia estabelece, igualmente, um quadro de referência em matéria de informação, conhecimento e sensibilização, dirigido a um conjunto alargado de partes interessadas, cujas atividades e comportamentos poderão contribuir, de forma mais ou menos direta, para mitigar os efeitos da poluição atmosférica.

Atendendo ao interesse crescente que as questões de poluição do ar têm vindo a assumir, considera-se relevante alertar, sensibilizar e envolver a sociedade por forma a fomentar um sentido de responsabilidade pessoal e uma maior motivação e compromisso com a proteção da qualidade do ar.

A promoção de uma campanha de âmbito nacional sobre esta temática revela-se, assim, de particular importância para divulgar informação, aumentar o conhecimento e promover, de forma consciente, comportamentos e estilos de vida que contribuam para um «melhor ar».

É, pois, neste contexto que se institui o Dia Nacional do Ar, como reconhecimento da importância da componente ambiental Ar, procedendo-se à criação de uma jornada anual onde se procura dinamizar vontades e iniciativas, na perspetiva de mobilizar diferentes intervenientes para o desafio de preservar e melhorar a qualidade do ar atual e futura.

Assim:

Nos termos das alíneas *d*) e *g*) do artigo 199.º e da alínea *c*) do artigo 200.º da Constituição, o Conselho de Ministros resolve:

1 — Instituir o dia 12 de abril, data do lançamento da primeira campanha nacional sobre o ar, como o Dia Nacional do Ar.

2 — Recomendar que as comemorações relativas ao Dia Nacional do Ar sejam organizadas de forma descentralizada, com envolvimento dos vários níveis de governação e de intervenientes de diferentes setores, de acordo com os respetivos interesses e recursos.

3 — Determinar que em cada ano, sob proposta da Agência Portuguesa do Ambiente, I. P., seja adotado um tema específico a abordar no âmbito das comemorações do Dia Nacional do Ar.

4 — Estabelecer que a presente resolução entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Presidência do Conselho de Ministros, 4 de abril de 2019. — O Primeiro-Ministro, *António Luís Santos da Costa*.

112215272

Resolução do Conselho de Ministros n.º 65/2019

A Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I. P. (FCT, I. P.), é, nos termos do disposto no artigo 1.º do

Decreto-Lei n.º 55/2013, de 17 de abril, um instituto público de regime especial, integrado na administração indireta do Estado, dotado de autonomia administrativa e financeira e património próprio, sob superintendência e tutela do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

O conselho diretivo da FCT, I. P., é composto por um presidente, um vice-presidente e dois vogais, designados por resolução do Conselho de Ministros, sob proposta dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da ciência, tecnologia e ensino superior, para um mandato de três anos, renovável, no máximo, três vezes consecutivas.

Tendo os atuais membros do conselho diretivo da FCT, I. P., terminado o seu mandato, cumpre proceder à designação dos membros deste órgão para o novo mandato.

Foi ouvida, nos termos do n.º 3 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, na sua redação atual, a Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública, que se pronunciou favoravelmente sobre as nomeações constantes da presente resolução.

Assim:

Nos termos dos artigos 5.º e 12.º do Decreto-Lei n.º 55/2013, de 17 de abril, dos n.ºs 2 e 3 do artigo 13.º, da alínea *c*) do n.º 3 do artigo 20.º e do n.º 8 do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, na sua redação atual, e da alínea *d*) do artigo 199.º da Constituição, o Conselho de Ministros resolve:

1 — Designar, sob proposta do Ministro das Finanças e do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Helena Margarida Nunes Pereira, José Paulo Afonso Esperança, Nuno Miguel Feixa Rodrigues e Maria Emília Leal Pereira de Moura, respetivamente para os cargos de presidente, vice-presidente e vogais do conselho diretivo da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I. P., cujas idoneidade, experiência e competência profissionais são patentes nas notas curriculares que constam do anexo à presente resolução, da qual faz parte integrante.

2 — Autorizar os designados Helena Margarida Nunes Pereira, José Paulo Afonso Esperança e Nuno Miguel Feixa Rodrigues a exercer a atividade de docência em estabelecimentos de ensino superior público ou de interesse público.

3 — Autorizar os designados Helena Margarida Nunes Pereira e José Paulo Afonso Esperança a optar pelo vencimento do lugar de origem.

4 — Determinar que a presente resolução produz efeitos no dia seguinte ao da sua aprovação.

Presidência do Conselho de Ministros, 4 de abril de 2019. — O Primeiro-Ministro, *António Luís Santos da Costa*.

ANEXO

Notas Curriculares

Helena Margarida Nunes Pereira

Nasceu em Coimbra, em 1949.

É engenheira química-industrial (Instituto Superior Técnico, 1972), com doutoramento (Dr.rer.nat.) pela Universidade de Hamburgo (1976), equiparação a Doutoramento em Engenharia Química (1976) e agregação no Instituto Superior de Agronomia, Universidade Técnica de Lisboa (1984).

É professora catedrática do Instituto Superior de Agronomia, da Universidade de Lisboa, desde 1993, onde foi presidente do Conselho Científico, coordenadora do Centro